



**UNIVERSIDADE DILI
TIMOR-LESTE**

UM FUTURO SEGURO

Relatório de uma discussão de grupo em foco às atitudes do público no que
respeita a Defesa e Segurança em Timor-Leste.

por

Julio Tomas Pinto, MA
Centro de Investigação e Estudo e Estratégico
Av. Bispo de Medeiros Ex. Departemen Penerangan Dili Timor-Leste

Fevereiro 2003



Impresso com a assistência financeira do National Democratic Institute.

TABELA DE CONTEÚDOS

TERMINOLOGIA USADA NO RELATÓRIO.....	3
PREFÁCIO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES	7
AMEAÇAS	8
RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA LOCAL	11
RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DISTRITAL E NACIONAL.....	12
FUNÇÕES DA PNTL E DAS F-FDTL.....	15
RENUMERAÇÃO DOS MILITARES E DA POLÍCIA	16
OS MILITARES, A FORÇA POLICIAL E A POLÍTICA	18
IMPLICAÇÕES E OBSERVAÇÕES DAS CONSTATAÇÕES DO GRUPO EM FOCO	19
Implicações para o Governo	19
Implicações para a Força Policial da RDTL.....	19
Implicações para as F-FDTL	20
Implicações para os Representantes do Povo.....	21
Implicações para a Defesa e Segurança	21
Implicações para as PKF e UNPol	21
APÊNDICES.....	23
Apêndice A – Notas sobre a metodologia.....	23
Apêndice B – Perfil dos Participantes.....	25

TERMINOLOGIA USADA NO RELATÓRIO

CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorense
CPD-RDTL	Comité para a Defesa Popular da RDTL
FALINTIL	Forças Armadas para a Independência de Timor-Leste
F-FDTL	FALINTIL - Força de Defesa de Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária para a Libertação de Timor-Leste
PKF	Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas
PBB	Nações Unidas
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste (também conhecida como TLPS)
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
TNI	Forças Armadas da Indonésia
TROPAS	Designação dos militares timorenses durante a época portuguesa
UN	Nações Unidas
UNAMET	Missão das Nações Unidas para Timor-Leste
UNDIL	Universidade de Dili
UNMISET	Missão das Nações Unidas em suporte de Timor-Leste
UNPOL	Polícia das Nações Unidas (préviamente conhecida como CivPol)
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

PREFÁCIO

Este relatório é baseado na análise da pesquisa da Discussão de Grupo em foco conduzida pelo National Democratic Institute for International Affairs (NDI) em Maio - Junho 2002, mas integrada com uma análise da situação actual da defesa e da segurança em Timor-Leste. As constatações da pesquisa foram fornecidas pelo Sr. Julio Tomas Pinto, MA, da Universidade de Dili para fomentar o acréscimo de bolsas e o debate público do cada vez mais crítico ambiente da defesa e segurança em que Timor-Leste se encontra. Este é o trabalho do Sr. Pinto, que assume inteira responsabilidade pela análise.

As vozes são as opiniões de timorenses comuns, de todo o país. O NDI não desempenhou qualquer controle editorial sobre este relatório. Contudo, o NDI tornou disponível a sua pesquisa ao autor e providenciou fundos para a tradução e publicação deste documento.

Nos próximos 16 meses, Timor-Leste irá experimentar a sua transição final para a independência com responsabilidades executivas e operacionais para a defesa externa e segurança interna do país, sendo entregue pelas Nações Unidas para a República Democrática de Timor-Leste. As forças de manutenção da Paz (PKF) irão transmitir a total autoridade em Junho 2004 e a Polícia das Nações Unidas em Janeiro 2004. No entanto, a transição já está em curso com cinco distritos entregues às PNTL, e com as F-FDTL que assumiram a responsabilidade por Lospalos e Ermera, durante as acções recentes em Atsabe. A rapidez no que diz respeito à situação de segurança, requer que esta transição seja concedida com um aumento significativo no debate nacional.

Nós esperamos que este relatório e a pesquisa sobre a qual ele é baseado, constitua uma contribuição útil para este debate político e encoraje formuladores políticos, a comprometerem-se num processo consultivo mais alargado nos próximos meses. Ele não pretende ser definitivo, mas espera-se que se torne um catalisador para uma discussão e debate adicional.

Este relatório foi publicado em quatro línguas de forma a que as suas constatações possam ser extremamente partilhadas entre os timorenses e a comunidade internacional em Timor-Leste. Aqueles que participaram nesta pesquisa, fizeram-no de bom grado, sabendo que os seus pontos de vista seriam transmitidos aos formuladores políticos timorenses de todos os níveis. A descrição completa da metodologia deste relatório pode ser encontrada nos Apêndices.

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE ESTRATÉGICA
e NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE TIMOR LESTE**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Depois de Timor-Leste ter ganho a sua independência em 20 de Maio 2002, Timor-Leste sentiu a importância de receber uma transformação guiada pelas Nações Unidas para o povo de Timor-Leste. Uma área de responsabilidade que seria transferida para o povo de Timor-Leste, é a da defesa e da segurança. Depois do surgimento da INTERFET em Timor-Leste, há quatro anos atrás até à sua partida em 30 Junho 2004, a força de defesa nacional e os sistemas de segurança de Timor-Leste envolve as Nações Unidas (UN), ao fornecerem a garantia de segurança para o povo de Timor-Leste. Contudo, na presença de um acordo assinado entre o Governo de Timor-Leste e a Missão das Nações Unidas em Suporte de Timor-Leste (UNMISSET) em 30 de Junho de 2004, todos os elementos das Nações Unidas partirão de facto do país, incluindo a Polícia das Nações Unidas (UNPOL); deixando apenas um mínimo de 100 conselheiros em certos lugares que continua a requer assistência. Nesta condição, todas as componentes da nação precisam assim de suportar responsabilidades importantes para criar uma segurança estável na região.

A pesquisa conduzida através do método de grupo em foco indica, para além disso, que o povo de Timor-Leste está disposto a contribuir com a sua opinião para a criação de uma defesa e segurança estáveis, para todo o território de Timor-Leste, quando isso seja requerido ou desejado.

- Os inquiridos participaram em Maio de 2002, numa pesquisa que reflecte que estes se sentiam seguros. Eles não sofriam mais de ameaças físicas ou psicológicas. Eles sentiam-se seguros desde que eram livres para viajar, sem se sentirem com medo de terrores e intimidações cometidas por outros grupos ou pessoas.
- Os inquiridos sentiam que a segurança que então gozavam foi alcançada devido há presença de instituições de segurança internacionais. Era receado que a segurança pudesse desaparecer com a partida dessas organizações de segurança internacionais de Timor-Leste.
- Os inquiridos percebiam que o futuro da defesa nacional e da segurança estará nas mãos das F-FDTL e da PNTL. Eles sentiam que ambas as instituições serão capazes de fornecer segurança para o seu povo.
- Nas suas opiniões, as potenciais ameaças à segurança estão concentradas nas zonas de fronteira, dessa forma a necessidade de garantia da segurança necessita ser distribuída pelas áreas de fronteira com a Indonésia. As potenciais ameaças para a segurança de

Timor-Leste inclui a afluência de refugiados vindos de Nusa Tenggara Ocidental.

- Em geral, as pessoas requerem a criação de segurança nos distritos e a nível nacional, desta maneira eles esperam que o Chefe de Aldeia e outros membros ao nível da aldeia sejam dados autoridade em resolver questões relativas à segurança a esse nível, dessa forma a resolução pode não requer a presença da polícia.
- Os inquiridos afirmaram que a maior ameaça no futuro são ameaças internas. A abundância de grupos uniformizados que causam distúrbios na segurança nacional é uma dessas causas. O caso dos antigos combatentes das Falintil, que ainda não foi resolvido pelo Governo pode constituir um problema que acrescentará uma nuance à vida nacional de Timor-Leste nos futuros cinco anos.
- Os inquiridos veem que uma das principais ameaças que põem em perigo a nação é a divisão entre as elites políticas. As elites políticas têm que alcançar uma visão comum e uma missão em unidade e em solidariedade para desenvolver a nação.
- O povo também deseja um papel maior a ser desenvolvido pela PNTL e pelas F-FDTL para salvaguardar a RDTL, mas eles querem também que elas sejam livres de qualquer filiação política e esperam que os militares se mantenham neutros e independentes.
- Os inquiridos forneceram uma solução para tratar a vulnerabilidade nas regiões ao conceder autoridade ao Chefe de Suco para resolver casos ao nível da aldeia. Isto é requerido dado o número limitado de polícias, incapazes de alcançar aldeias remotas.
- Em geral, os inquiridos vêem a importância da PNTL e das F-FDTL de se manterem afastadas da política ou de negócios. Se elas se envolverem em áreas que não as das suas tarefas, elas abandonariam essas tarefas principais, isto é, para as PNTL criar a segurança interna e para as F-FDTL em defender a nação contra ameaças externas.

A informação recolhida neste relatório indica que a população de Timor-Leste deseja o estabelecimento de uma defesa e de um sistema de segurança, que tenha a capacidade de manter a existência da RDTL. Com este relatório, a UNDIL espera que todas as partes como ONGs, instituições de ensino, partidos políticos e sociedade civil possa contribuir através da participação em debates, particularmente através de corpos legislativos ou do Parlamento de forma a fornecer recursos construtivos, significativos à perspectiva da segurança nacional e questões de segurança.

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

SITUAÇÃO NACIONAL

O desenvolvimento da República Democrática de Timor-Leste em questões de segurança tem demonstrado um certo grau de sucesso, no qual a segurança da população tem sido conseguida até certo ponto, mesmo que o progresso seja alcançado a um passo lento. O povo de Timor-Leste espera que a sua vida diária seja segura e estável de forma a alcançar uma vida melhor. Eles desejam que a segurança não seja somente criada durante a presença das Nações Unidas em Timor-Leste, mas também quando esta deixar o território.

“Como povo de Timor Lorosae, nós sentimo-nos seguros desde que a UN fez a sua presença, nos temos a PKF, a CIVPOL a cooperar com as F-FDTL e a PNTL. Contudo, nós esperamos que quando as forças das UN partirem de Timor Lorosae, a situação possa manter-se a mesma, uma vez que existem grupos que conduzem treinos militares e içam a bandeira de Timor Lorosae sem o consentimento do Governo local”, professor, 40 anos, Quelicai.

A criação da estabilidade nacional é um factor sob responsabilidade do Governo; elementos da segurança ao nível externo estão sob a responsabilidade das F-FDTL conforme mandatado pela Constituição timorense. A assistência internacional em criar segurança e defesa é aparentemente reduzida gradualmente, de forma a permitir que as F-FDTL sejam atribuídas desde Lospalos até às fronteiras entre Timor-Leste e a Indonésia em 2004. A estabilidade criada pela UN em Timor-Leste tornou a população dependente da assistência de organizações internacionais como a CIVPOL e a TLPS, daí que as pessoas esperam poder confiar nas suas próprias forças.

“Nos sentimo-nos seguros, como nunca nos sentimos antes, devido à presença da CIVPOL e da PNTL, nós agora sentimo-nos seguros”, membro da comunidade, 38 anos, Salele.

O facto das pessoas confiarem na UNPol e na PNTL é uma reflexão directa do que eles sentiram e do que eles esperam ver melhorar nos serviços de segurança para a população. As pessoas ainda depositam a sua esperança nessas unidades de defesa e de segurança, que em retorno podem formar uma imagem e uma opinião credível, como as da UNPol e da PNTL. A população não quer ver a sua vida perturbada quer por pressões internas quer externas, de forma a alcançar um futuro melhor. A garantia da segurança é esperada ser distribuída directamente pelas instituições relacionadas com os factores, de forma a criar um senso de segurança.

“O significado de segurança para mim é o facto de poder viajar para qualquer parte. Sem mais terrores, intimidações, e outros desde que a nossa segurança seja garantida pela PKF, pela CIVPOL, pelas FDTL e PNTL”, Estudante, 21 anos, Dili

O serviço máximo da actual infraestrutura para a população tem sido distribuído pela administração transitória e pela de Timor-Leste, ainda que ocorrem deficiências no seu processo de redesevolvimento. Contudo, a população tem uma responsabilidade partilhada em complementar as insuficiências, incluindo as do sector da defesa.

“Agora sinto-me seguro, no entanto em geral ainda existem lapsos, que são naturais na vida diária da população como a electricidade insuficiente, escasseia como duas vezes por semana e os produtos agrícolas como o arroz, milho e mandioca, que não são vendidos e que fazem as pessoas sofrer”, agricultor, 40 anos, Bobonaro.

No entanto, para aqueles que residem nas áreas fronteiriças continuam a sentir-se preocupados com as actividades das milícias que entram livremente pelas fronteiras territoriais de Timor-Leste, e que têm perturbado a segurança da população timorense nessas áreas de fronteira.

“Nós não nos sentimos seguros desde que os refugiados foram permitidos de entrar e sair livremente de Timor-Leste, dessa forma como parte da população que vive nas áreas fronteiriças, nós não temos conseguido dormir bem e de levar a cabo as nossas actividades com segurança”, agricultor, 60 anos, Bobonaro

AMEAÇAS

Existem muitas percepções de ameaças. Se nós tomarmos em conta o pensamento de Aristóteles, quando ele afirmava que a existência de um Estado é paralela há da existência humana. Um Estado nasce, cresce, amadurece até envelhecer, morre e desaparece. Nós devemos aplicar este conceito ao Estado de Timor-Leste. Um dos factores que influencia a diminuição da presença de um Estado é quando um Estado enfrenta ameaças. As ameaças podem tomar muitas formas, mas em princípio as ameaças envolvem em meio-termo ameaças internas e externas. Ao enfrentar ameaças internas, uma abordagem economicista deve fornecer bem-estar aos cidadãos como a objectivo máximo do estabelecimento do Estado.

“as ameaças internas têm se manifestado num grupo isolado e de juventude desempregada, enquanto que a ameaça externa vem das milícias pró-Jakarta”, estudante universitário, 23 anos, Dili.

A maioria das pessoas não se apercebe mais das ameaças externas – por exemplo, a ameaça de invasões por parte da Austrália e Indonésia – constitui a ameaça principal. Em vez disso, as pessoas estão preocupadas com a presença de treinos militares para lá dos treinos das instituições oficiais. A presença da força de defesa das F-FDTL e PNTL é necessária nas comunidades locais.

“A maior ameaça é uma ameaça interna, isto é, conflitos entre os próprios timorenses que pode afastar estrangeiros de entrarem em Timor-Lorosae”, professor, 28 anos, Quelicai.

Até à presente data, depois dos trágicos incêndios, a consciência das pessoas aumentou para a salvaguarda da segurança do seu próprio espaço ao aumentar a sua participação activa. O aumento da consciência para a manutenção da segurança na própria vizinhança, foi baseada na percepção de que as pessoas devem participar activamente pelo interesse da nação, porque as forças armadas são muito jovens e ainda débeis.

“Para nós, a segurança interna tem sido muito boa, assim que alguma coisa acontece na nossa aldeia, as pessoas relatam directamente ao Chefe de Aldeia. Eles encontrar-nos-ão no local e nós testemunhamos que a Força de Polícia timorense desempenhou o seu trabalho sem hesitações”, cidadão, 38 anos, Salele.

As diferenças políticas, os debates alargados entre elites políticas são receados de produzir ameaças internas à segurança nacional. O temor da população é expressão da anterior experiência de Timor-Leste. A história de Timor testemunhou que em 1974, a emergência de partidos políticos foi acompanhada pelo aguçar das diferenças políticas. As diferenças políticas terminaram numa guerra civil entre apoiantes dos diferentes partidos políticos. Esta experiência incita o medo entre o povo, no que respeita aos contínuos debates alargados entre elites políticas. A passada guerra civil tomou a vida de inocentes, vítimas da Guerra e da invasão militar indonésia. A presença de refugiados constitui uma ameaça por si só, para o povo de Timor-Leste; uma vez que, alguns estarão na mesma terra com Timor Lorosae mas com um estatuto de cidadania diferente. A presença de refugiados traz uma ameaça contra o território de Timor-Leste. Dessa forma, o Governo é responsável por construir bases militares na área fronteiriça e a apressar a reconciliação entre timorenses e o povo indonésio.

“Ameaças internas desde que não exista unidade entre as elites políticas de Timor-Leste, estes competirão por status, colocando a nação numa situação insegura. Por outro lado, os factores externos podem ser causados pelo fluxo de refugiados timorenses de Timor-Ocidental”, agricultor, 48 anos, Lospalos.

Para lá das ameaças internas que podem pôr em perigo a existência da nação, devido a conflitos de interesse entre elites políticas na corrida pelo poder. Timor-Leste verificou com a sua experiência, o conflito entre partidos políticos em 1974. A escalada do conflito entre os partidos políticos foi causada pela falta de compreensão entre as elites políticas, porque preferiram priorizar os egoísmos políticos e de poder.

“A maior ameaça contra a segurança pode emergir de grupos internos ... talvez estas ameaças podem emergir devido a discrepâncias sociais e luta pelo poder” agricultor, 32 anos, Ossu.

O Governo tem a responsabilidade de garantir a segurança dos seus cidadãos. Com esta garantia os cidadãos de Timor-Leste podem estar aptos a desenvolver a democracia para a nação e a reabilitar as suas regiões. A violência que fez parte as suas vidas diárias durante a ocupação indonésia deve ser erradicada, de forma a que a Paz possa ser alcançada para um futuro melhor. Um futuro melhor será conseguido quando a pobreza fôr reduzida e a auto-estima e dignidade da população possa ser reerguida.

“Nós – o povo – estamos agora contentes, ao contrário de quando a invasão indonésia, quando nós lidávamos com assassínios, violações e nós queremos acabar com tudo isso na era da independência”, agricultor, 56 anos, Cailaco.

A criação da segurança nas áreas fronteiriças tem sido um tópico grandemente discutido pelo povo, como eles dependem, daqueles que directamente se relacionam com os encarregados pela situação de segurança na zona de fronteira. A condição geográfica na fronteira directa com a Indonésia tornou-se um problema distinto para alcançar a estabilidade nas regiões adjacentes do Nusa Tenggara Ocidental, como Suai, Bobonaro e outros. A população está preocupada uma vez que, suspeita-se que o TNI tem nomeado agentes da milícia que têm bons conhecimentos da área, a perturbar a tranquilidade da população. No entanto, o Governo é responsável pela criação de uma situação segura para o seu povo.

“Nós devemos perceber que as nossas fronteiras não são rodeadas for água mas pelo contrário, por terra. Se nós queremos visitar a Indonésia nós precisamos de percorrer menos de 2 horas e o mesmo aplica-se para os inimigos ao entrarem pelas nossas fronteiras. Isto tem sido um problema para nós. Não deixem entrar o nosso inimigo e transportar bombas e armas sem o conhecimento da aparato da segurança, uma vez que nós podemos tornar-nos vítimas”, Agricultor, 40, Bobonaro.

RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA LOCAL

Em qualquer país, a segurança em geral, é criada pela consideração das respectivas aspirações da região. A Constituição de Timor-Leste estipula que a segurança interna é da responsabilidade da força policial e que cria assim um sentido de segurança como parte das suas responsabilidades. Dessa forma, ao tratarem questões de segurança a força policial tem que se manter independente. Uma força de polícia independente é uma força não politizada por forças externas. A polícia leva a cabo os seus deveres e responsabilidades neutralmente para o bem do cumprimento da lei. De forma a tratar as necessidades de segurança local, a polícia deve estar apta a mandar membros, a coordenar e a trabalhar com a população da região. Com o mesmo propósito, Timor-Leste deve aplicar um modelo participativo de segurança, o qual envolve organizações costumeiras e governos. A população algumas vezes sente-se insegura da capacidade do Governo e da Instituição da Aldeia em manter a segurança das aldeias.

“Se a violência ocorrer na nossa aldeia, nós damos a conhecimento do nosso líder tradicional, se continuar por resolver nós chamamos o Chefe de Aldeia. Se o problema puder ser resolvido, nós não precisamos da ajuda da polícia porque fomos capazes de resolvê-lo nós próprios,” cidadão, 38 anos, Salele.

A participação activa em criar segurança nas aldeias de Timor-Leste é a esperança de todas as partes, uma vez que as estruturas do Governo não têm sido eficazes. A participação activa tem sido reconhecida desde os tempos indonésios. Nesses tempos nós fomos introduzidos à defesa popular, que exigia a participação directa da população. Mas claro que na era pós-independência, Timor-Leste não deve imitar a totalidade do modelo, mas sim modificá-lo de forma a adequar-se à situação actual. A transgressão da cultura repressiva indonésia deve ser feita, em direcção a uma abordagem humana eficaz, sustentada pelos princípios dos Direitos Humanos.

“Segurança nos povoados e aldeias deve estar dependente dos próprios residentes, pois estes têm que manter a segurança mesmo que neste momento existem uma força policial e as F-FDTL, e nós temos que participar em grupos de segurança para manter os povoados ou aldeias. Se surge uma ameaça, nós podemos resolvê-la pois ao contrário dos Indonésios, onde a polícia fica nas aldeias e agora ela fica agora só nos distritos”, Enfermeiro, 30 anos, Manufahi.

A população de Timor-Leste deve estar preparada para a transferência da responsabilidade por parte da Polícia da UN e da PKF, uma vez que está estimado que em meados de 2004, nós podemos somente contar nas nossas

capacidades no que se refere a defender-nos a nós próprios de ameaças estrangeiras e da manutenção da segurança interna.

RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA NACIONAL E DISTRITAL

Olhando para o desenvolvimento da segurança nacional, é aparentemente um trabalho-de-casa para o Governo e para a sociedade civil, em Timor-Leste. Este não se extingue ao nível nacional, mas também ao nível dos distritos e sub-distritos. A população começou a estar consciente da importância de partilhar a responsabilidade na criação da segurança nacional em Timor-Leste. A Independência foi alcançada através de uma luta colectiva, e não somente de certos grupos ou indivíduos. De acordo com o descrito na Constituição da RDTL, a segurança nacional é da responsabilidade da força policial e as F-FDTL são responsáveis em defender a nação contra ameaças externas. A população parece estar desinformada sobre a forma pela qual, as constituições distinguem ameaças externas de ameaças internas. A Constituição não foi bem comunicada, pois o Governo é débil e existem algumas insuficiências em termos de instalações e infraestruturas. O povo, pode portanto interpretar mal a polícia pela F-FDTL. Em Timor Leste, as ameaças domésticas ou internas tomaram a forma de conflitos armados como o ocorrido em Atsabe-Ermera no dia 4 de Janeiro 2003, tirando a vida dos habitantes. O incidente está sob a responsabilidade da PNTL, uma vez que a responsabilidade operacional foi transferida pela UNPol à PNTL em 1 de Dezembro 2002, que conta com uma força de 150 membros da PNTL e um membro da UNPol. É tempo que a PNTL se reforme a si mesma, de forma a enfrentar distúrbios na segurança interna uma vez que, as pessoas depositam a sua esperança nesta instituição.

“A segurança distrital é da responsabilidade da PNTL enquanto que a segurança nacional é da responsabilidade da F-FDTL em cooperação com a PNTL”, refugiado, antigo militar, 45 anos, Quelicai.

De forma a criar uma segurança estável, a polícia deve dar o melhor exemplo à população. A força da polícia deve ganhar a confiança da população de forma a alcançar uma imagem credível. Desta maneira a força policial deve estar limpa de fraquezas passadas e perigosas. Os actuais distúrbios à segurança são resultado de más políticas no passado, isto é, de permitir que “a mesma pessoa” trabalhe na força policial. A vulnerabilidade da segurança tem sido o resultado da política do CNRT, ao permitir que antigos elementos da polícia indonésia trabalhem na actual polícia. O recrutamento da força da polícia deve ser de meio-a-meio composta por antigos FALINTIL e de membros clandestinos, pois esta pode ser a melhor alternativa em criar uma força policial leal à República Democrática de Timor-Leste. O respeito da lei pode estar em perigo se a população começar a perder a confiança na polícia como resultado da política acima descrita.

“A segurança dos distritos é da responsabilidade da força policial, contudo, ainda se levantam muitas controvérsias uma vez que alguns membros da força policial são antigos polícias indonésios”, agricultor, 35 anos, Ossu.

A dúvida contra a segurança nacional também foi comunicada pelo povo, uma vez que existem duas denominações para a instituição militar, isto é, FALINTIL e FDTL. A formação das FALINTIL tem sido uma combinação entre as duas maiores forças, isto é, entre TROPAS (forças armadas portuguesas composta por cidadãos timorenses) e militantes da FRETILIN, quando em 1975 a União Democrática Timorese (UDT) organizou o golpe. As duas forças maiores desejavam libertar Timor-Leste. Esta meta comum uniu as duas forças na constituição das FALINTIL. O conceito das Falintil tem sido de libertar Timor-Leste da Indonésia, conforme menciona o nome FALINTIL. A palavra “libertasaun” no próprio nome das FALINTIL ilustra bem essa intenção. No entanto, o impedimento maior das FALINTIL em tornarem-se uma força armada profissional é o facto de serem afiliadas com a FRETILIN, o partido político de luta pela independência. Uma longa luta pela persistente FALINTIL conseguiu libertar Timor-Leste do colonialismo. Por outro lado, noutras partes do mundo incluindo na Indonésia, o nome militar muitas vezes incita a uma múltipla interpretação. Da mesma maneira, o Tentara Nasional Indonesia (TNI ou Militares Nacionais Indonésios), o nome não contém um significado definitivo, fornecendo desta maneira às Forças Armadas Indonésias uma função dual nessa altura. Ao passo que em Timor-Leste, uma instituição oficial de defesa foi formada e inicialmente chamada de FDTL, contendo o significado de defesa, fechando quaisquer oportunidades de intervenção na política, uma vez que o seu significado literal contém a palavra de defesa. Depois da Constituição ter sido promulgada em 20 de Maio 2002, o nome FDTL foi adicionado com o das FALINTIL, assim a instituição oficial de defesa de Timor-Leste, é agora chamada de FALINTIL-FDTL. A instituição é obrigada a defender o território de Timor-Leste contra uma invasão externa. A cooperação entre PNTL e FDTL é esperada e ambas as instituições são esperadas de coordenar, assim más interpretações entre as duas instituições podem ser evitadas. O incidente de luta ocorrido entre a PNTL e as FDTL, no Mercado Lama em Dili, no dia 8 de Novembro 2002 tem sido uma contradição às expectativas da população em geral.

“As F-FDTL devem ser as únicas responsáveis pela segurança em Timor-Leste. As F-FDTL devem tomar o commando em Timor Lorosae, pois as Falintil fundiram-se nas F-FDTL. N’os ouvimos que para lá das existentes, a F-FDTL também existe. A FALINTIL não são a mesma coisa que as FDTL? Por essa razão, a nossa instituição military não deveria ter o mesmo nome. Nós não queremos ver as Falintil e as FDTL irem uma contra a outra”, agricultor, 40 anos, Bobonaro.

As pessoas parecem aperceber-se que as ameaças externas são um factor que deve ser tido em conta na manutenção da integridade nacional da República Democrática de Timor-Leste. Até no seu planeamento, o desenvolvimento das FDTL não deve ser somente focado na quantidade mas na qualidade, como pequena força as FDTL devem focar em defender o país enquanto a assistência militar internacional pode ser requerida. Contudo, a população espera que a criação de forças armadas competentes e capazes dentro das F-FDTL pode tomar lugar ao adicionar membros das F-FDTL.

“Depois de todas as responsabilidades forem transferidas para Timor Lorosae, as F-FDTL devem ser reforçadas, sendo o seu número aumentado, para guardar as fronteiras entre Timor Lorosae e a Indonésia, refugiado, antigo militar, 45 anos.

Os militares profissionais não se envolvem na política. A dúvida contra a independência das F-FDTL está ainda enraizada no coração da sociedade. Isto deve-se ao facto de que as F-FDTL são compostas por membros das FALINTIL, a força armada da Fretilin. A não neutralidade das F-FDTL pode despoletar sérias repercussões nas relações cívico-militares em Timor-Leste. No entanto, a neutralidade das F-FDTL é de suma importância para o desenvolvimento da democracia em Timor Lorosae. Essa independência deve ser inculcada através de uma forte disciplina militar, em particular às percepções relativas há sua existência heterógenea, em termos de raça, etnicidade, religião e convicções partidárias. As F-FDTL devem ser um órgão que coloca a independência como prioridade e mantendo-se afastada das práticas políticas, de forma a manter o seu profissionalismo.

“Depois de todas as responsabilidades forem transferidas em 20 de Maio 2002, nós gostaríamos de pedir às F-FDTL para manter a sua independência. Elas não devem ser afiliadas a nenhuma organização ou partido político, devido à presença de conflitos entre os nossos líderes políticos. Se as F-FDTL perder a sua independência e tomar o lado de uma organização ou partido político, isso poderá trazer a morte do futuro de Timor-Leste”, professor, 28 anos, Quelicai.

AS FUNÇÕES DAS PNTL E DAS F-FDTL

Ao criar uma instituição forte de defesa e o respeito pelos direitos humanos, nesse ponto o Governo deve criar regras normativas para proteger e regular o âmbito das F-FDTL, de forma a evitar a contrabarra. O povo deposita as suas esperanças nas F-FDTL, mas por outro lado os seus armamentos e equipamentos são inadequados, desta forma pode estar para lá da capacidade das F-FDTL. A importância de uma lei que regula e protege o desempenho do trabalho das F-FDTL e da PNTL depende dos objectivos para as FDTL e para a Polícia serem capazes de proteger e evitar ao mesmo tempo violações dos direitos humanos.

Em geral, o povo de Timor-Leste compreendeu os deveres e as funções das F-FDTL. No entanto, eles esperam que estes deveres e funções não sejam somente escritos mas regulados por leis acordadas pelo povo e pelo Governo. Tendo por base o compreendido plano geral, o estabelecimento do plano das F-FDTL começa em Lospalos, actualmente liderado pelo Tenente Coronel Falur Rate Laek, depois provavelmente em Baucau, Viqueque, Maliana, Suai (Zumalai). Isto significa que as F-FDTL iriam mesmo fornecer protecção à população e manter a integridade nacional da RDTL, mesmo que com instalações e infraestructuras limitadas.

“O dever das F-FDTL é o de actuar como um muro em Timor-Leste, professor, 28 anos, Quelicai.

Em relação aos deveres das F-FDTL, as pessoas continuam a misturar os deveres das F-FDTL e da Polícia. Muitos desejam que as F-FDTL actuem não só como força de defesa, defendendo o Estado contra ameaças externas, mas fornecer também segurança interna, que é a missão da PNTL. Talvez, as aspirações contraditórias dos participantes do Grupo em Foco é o resultado de uma falta de compreensão do mandatado pela Constituição e um grande enraizamento da cultura militar indonésia, pelo qual o militar é acreditado em actuar como estabilizador e motor de dinâmica durante a colonização indonésia de Timor-Leste.

“Na minha opinião, a tarefa principal das F-FDTL é a de fornecer segurança ao povo de Timor-Leste da ponta Leste à Este, para lá de ajudar as pessoas que se encontram aflitas. As F-FDTL devem ser responsáveis por parar ameaças internas e externas. A defesa externa é contra ameaças do estrangeiro que pretendem perturbar a estabilidade da nação, enquanto que internamente elas têm que estar alertes para potenciais que se encondem entre o povo, isto requer a cooperação com a CIVPOL”, agricultor, 40 anos, Bobonaro.

O processo de exercício de deveres das F-FDTL deve ser observado pela população bem como, outras instituições responsáveis pela sua superintendência. Esta supervisão deve ser conduzida de duas formas, isto

é, através de uma supervisão directa pela população or por um corpo de superintendência militar com autoridade superior de coordenação com o Governo, como uma instituição governamental legal e civil. Com esta observação, os militares podem estar de acordo com as leis e os regulamentos em vigor.

“Desta maneira a supervisão das F-FDTL devem ser combinadas numa agência militar de inteligência tendo poderes especiais de supervisionar o comportamento das FFDTL. Um tribunal militar pode ser também estabelecido de forma a que as ofensas cometidas pelas F-FDTL possam ser julgadas de acordo com a lei”, refugiado, antigo TNI, 45 anos, Quelicai.

O corpo de superintendência deve ser internamente responsável pelas F-FDTL. A disciplina militar está em ordem se a lei militar é estabelecida. Com essa lei militar, os líderes podem estar aptos a medir a extensão da violação disciplinária pelos membros das F-FDTL. Essa disciplina é importante na história de Timor-Leste, de acordo com o relatório do King's College London, em 2000, os oficiais da UNTAET estavam altamente preocupados com o declínio da disciplina entre os membros das FALINTIL, aparentemente começado em Janeiro de 2000. Essa preocupação tem aumentado cada dia. Em Maio-Junho 2000, existiram um aumento no número de acidentes nos quais membros das FALINTIL, foram envolvidos na violência.

“Os militares devem obedecer à lei militar e quaisquer violações devem ser julgadas em tribunal militar. Os militares devem ouvir e cumprir as ordens do Presidente através do Parlamento, Ministro da Defesa, e por aí fora,” agricultor, 41 anos, Lospalos.

Um acordo similar deve ser aplicado à força policial. A presença da polícia deve ser regulada pela lei de forma a que o seu padrão de trabalho cumpra com os procedimentos atribuídos à mesma polícia. Com essa lei as funções de trabalho da polícia tornar-se-iam mais responsáveis, de uma forma normativa.

“O principal dever da força policial é de manter a segurança dentro do país, regulando e tráfego e fornecendo esclarecimentos razoáveis sobre acidentes. A força da polícia não pode cair em ciladas de chauvinismo étnico, fanatismo, mas deve sim actuar de acordo com as leis em vigor”, agricultor, 40 anos, Bobonaro.

REMUNERAÇÃO DOS MILITARES E DA POLÍCIA

As F-FDTL no seu relatório indica que uma mínima defesa é mantida através de orçamento enquanto que se espera uma assistência dos países doadores. A Conferência de doadores realizada em Dili em 28 de Agosto

2002 contou com a participação de países que promoveram fornecer assistência para o estabelecimento das F-FDTL, de forma a adquirir profissionalismo. No interior das Opções da Análise Independente das Forças Armadas de Timor-Leste, foi mencionado que de forma a estabelecer umas forças armadas profissionais, elas deveriam ser concedidas uma certa distribuição dentro do orçamento Governo da RDTL. Conforme observado, desde a inauguração das F-FDTL, receberam financiamento do orçamento da defesa da UNTAET, depois da UNMISSET. Durante o período de 2001-2002, as F-FDTL receberam USD (Dólares americanos) 4.214 Milhões; 2002-2003 aumentou para USD (Dólares americanos) 4.429 Milhões; em 2003-2004 o montante de USD (Dólares americanos) 6.755 Milhões; em 2004-2005 USD (Dólares americanos) 6.835 Milhões; e até 2005-2006, a força vai receber USD (Dólares americanos) 6.835 Milhões. O número indica que cada ano a tendência é para o aumento do orçamento militar como parte do suporte do Governo ao estabelecimento militar das F-FDTL.

“O Presidente, o Ministro da Defesa e segurança, o Parlamento têm de cooperar em atribuir o orçamento militar. Os tipos de armamento procurados serão largamente influenciados pela finanças do Estado”, professor, 26 anos, Quelicai.

A atribuição do orçamento para o estabelecimento em Timor-Leste é uma responsabilidade partilhada por todas as instituições relacionadas com o interesse da estabilidade nacional. Com uma presença militar suportada, Timor-Leste pode ser evitado de ameaças externas que possam vir a ocorrer no futuro. O orçamento deve determinar a extensão do profissionalismo das F-FDTL.

“Mesmo que Timor seja um país pobre quando se torna ele próprio num Estado, o orçamento militar deve ser considerado muito seriamente uma vez que a existência do estado é largamente dependente dos militares. O Presidente e o Ministro da Defesa devem ser responsáveis em distribuir o orçamento para os militares”, mulher desempregada, 32 anos, Baucau.

Em muitos países os militares participam activamente em outras áreas como negócios. A causa desse envolvimento nos negócios varia, pode ser para satisfazer os requerimentos militares uma vez que a distribuição do orçamento da defesa é inadequado, e por outro lado pode ser devido ao aumento do bem-estar do Estado. Contudo, de uma forma geral o orçamento dos militares deve provir do Governo e desta maneira os militares são esperados em não se envolver em negócios ou práticas políticas.

“Os militares não se devem envolver em negócios sob a aparência de melhorar o bem-estar dos membros, uma vez que envolvidos em negócios a sua função principal como militares seria abandonada.” professor, 35 anos, Quelicai.

Não só dentro das F-FDTL, como instituição de natureza similar à das F-FDTL, à força policial deve ser atribuído orçamento que pode satisfazer os requerimentos de instalações e de infra-estrutura, e o bem-estar dos seus membros. A polícia acarreta uma responsabilidade altamente importante, isto é, de respeito das leis, desta forma a força policial deve atribuído um orçamento suficiente pelo Governo.

“Para nós – o povo, a polícia não se deve envolver em negócios. Por favor transmitam isto ao Governo depois de 20 de Maio 2002, nós não queremos ver ou ouvir o envolvimento das F-FDTL e da Polícia em negócios. Nós não queremos que o Regime de Nova Ordem criado por Soeharto volte a acontecer”, cidadão, 38 anos, Salale.

OS MILITARES, A FORÇA POLICIAL E A POLÍTICA

Para lá de negócios, os militares não devem envolver-se activamente em práticas políticas, como a nomeação de candidato presidencial ou da adesão de membros para qualquer partido político. As FALINTIL na sua história em 1975, tinha ligações estreitas com a FRETILIN, mas agora eles têm uma posição militar neutral e própria, não tomando lados de nenhum grupo ou partido político. No futuro, é desejável que os militares não participem numa eleição geral, de forma a evitar tomar parte de um partido político.

“Os militares devem ser inibidos de lançar votos políticos em geral e de andar ao lado de partidos actuais em Timor-Leste, uma vez que os militares devem actuar como os muros da nação”, refugiado, antigo-TNI, 45 anos, Quelicai.

A força policial é designada com deveres quase idênticos aos dos militares. A Constituição estipula que os militares sejam destinados a defender a nação contra ameaças externas enquanto que a força policial é responsável por criar a ordem interna e segurança doméstica. Por essa razão a força policial deve ser proibida de se envolver em práticas políticas.

“A polícia actua como guardiã da nossa segurança nacional e fazer cumprir a lei, assim os membros da polícia devem ser inibidos de se filiarem com um dos partidos políticos, pois estes têm que manter-se independentes e neutrais”, antigo Chefe de Aldeia, 50 anos, Quelicai.

A participação dos militares e da polícia na política iria criar a impressão na população e no mundo, que o nosso profissionalismo militar e político é muito baixo. O reduzido nível de profissionalismo iria causar impacto na criação da estabilidade nacional na nossa nação.

IMPLICAÇÕES E OBSERVAÇÕES das CONSTATAÇÕES DO GRUPO EM FOCO

As constatações da discussão do Grupo em Foco coloca implicações significativas para os individuais, grupos ou instituições que participam na criação e manutenção da estabilidade dos timorenses, em particular quando a UN deixar o território. Em baixo encontra sumariado as consequências ou implicações e observações. As implicações descritas derivam da análise da discussão do Grupo em Foco.

Implicações para o Governo

- Mesmo que tenha havido uma compreensão dos esforços feitos pelo governo em criar uma defesa sólida e um sistema de segurança, no futuro o governo tem que desenvolver instalações e infraestruturas que requeridas para estabelecer uma força policial e militar profissionais.
- Para o povo de Timor-Leste, a maior ameaça é a ameaça interna, isto é, problemas entre os próprios timorenses, desta forma o Governo tem a responsabilidade de criar uma consciência legal para o público em geral.
- Aparentemente o povo colocou as suas esperanças no Governo em arranjar cooperação entre a força policial e os militares, através de um mecanismo de trabalho efectivo de forma a evitar diferenças de opinião no futuro, entre as instituições militar e policial.
- Existem esperanças de uma descentralização da segurança pelo Governo central a ser praticada daí em diante pela segurança responsabilidade das localidades estaria de acordo com a estrutura do Governo em todos os distritos. Uma governação local efectiva irá abrir o caminho para um mais efectivo padrão de cooperação para a criação da segurança nos distritos e sub-distritos.
- O Governo é esperado não usar os militares e a polícia de uma forma semelhante às dos países autoritários que oprimem o seu povo. O Governo tem que estabelecer um mecanismo de superintendência objectivo responsável pela defesa e pela segurança.

Implicações para a Força Policial da RDTL

- Existe uma grande expectativa por parte das pessoas para com a PNTL. As pessoas encaram a polícia como sendo responsável pela criação de estabilidade interna, daí que a força policial deva estar preparada para manter a disciplina e os princípios humanitários para com a população.

- A força policial deve estabelecer uma doutrina sólida de forma a minimizar a dicotomia do paradigma dos membros da PNTL devido a diferentes interesses políticos. Os membros da PNTL devem evitar a discriminação baseada na etnicidade ou fanatismo religioso dentro da força. A força policial deve desenvolver uma forma de pensamento racional, no que refere à totalidade nacional, manter o interesse nacional sobre o interesse do grupo.
- O povo de Timor-Leste exige que a força policial deva cooperar com a população em consideração do futuro e da segurança interna timorense. A Constituição estipula responsabilidades de segurança para a força policial e esta deve assim dar um bom exemplo no desempenho das suas deveres.
- A força policial do Estado não deve envolver-se em práticas políticas ou em negócios, uma vez que isso faria com que eles abandonassem as suas tarefas principais. A polícia do Estado tem que ser aberta para a supervisão do povo.

Implicações para as F-FDTL

- O povo de Timor-Leste vê que as F-FDTL necessitam de ser reguladas, de forma a inibi-las de se envolver na política. De forma a que as F-FDTL não se envolvam na política dessa forma, a instituição tem que ser mais profissional e prove a sua neutralidade.
- A população pensou que os militares devem ser contralados através da constituição de um corpo autorizado que assegura que as F-FDTL não se desviam do seu mandato. Com este controle, o envolvimento militar em negócios e na política pode ser evitado.
- As instalações e infraestruturas das F-FDTL devem ser totalmente estabelecidas de forma a estabelecer o profissionalismo militar; e os membros das F-FDTL devem assegurar um corpo de disciplina e a manterem-se nos seus aquartelamentos.
- As F-FDTL devem ter a competência de supervisionar as zonas de fronteira uma vez que a população timorense percebe que as ameaças ao território de Timor-Leste podem manifestar-se sob a forma de milícias e de práticas de contrabando na fronteira entre a Indonésia e Timor-Leste.
- As F-FDTL devem ser proibidas de se envolverem em negócios e política, uma vez que esses direitos iriam ver cessar os esforços de criar militares profissionais.

Implicações para os Representantes do Povo

- O povo espera que uma lei que regule o status das F-FDTL e da PNTL possa ser emitida num futuro próximo, pois ambas as instituições são responsáveis pela defesa e segurança. A Lei de Defesa e de Segurança timorense deve ser preparada para definir mais aprofundadamente as estipulações constantes na Constituição no que se refere a questões de defesa e de segurança.
- A comissão que se refere aos Assuntos de Segurança Estrangeiros, no Parlamento Nacional detem o controle sobre a presença militar e policial, de forma a que eles cumpram o que está mandatado na Constituição da RDTL no desempenho das suas funções.
- A população espera que o Parlamento Nacional possa discutir o orçamento de estado em suporte do estado das necessidades orçamentais da defesa e da segurança. No futuro, o Parlamento tem que prestar uma atenção especial ao orçamento da defesa para ambos, as F-FDTL e a PNTL.

Implicações para a Defesa e Segurança

- A população espera a criação da estabilidade nacional ao dar responsabilidade às F-FDTL e à força policial. Até este momento, ocorreram numerosos casos de distúrbios à segurança, ainda não resolvidos, assim é tempo para as pessoas em lutarem por uma defesa e segurança.
- A população encara ainda as zonas de fronteiras como vulneráveis, devido à presença de refugiados e milícias capazes de se infiltrar e de constituírem uma ameaça à segurança interna. A segurança da fronteira é muito importante a ser exercida.

Implicações para a PKF e UNPol

- Como organizações internacionais as PKF e a UNPol (UNMISSET), neste momento não foram equipadas com a competência máxima para ultrapassar algumas situações caóticas e ataques externos. Desta forma, o seu término será no dia 30 de Junho 2004, as PKF e a UNPol têm que desempenhar os seus deveres bem como a prova ou a sua participação, conforme mandatado pela UN.
- A coordenação entre a PNTL, a UNPol, as F-FDTL e as PKF não tem decorrido muito bem uma vez que algumas práticas operacionais não resultaram bem ou efectivamente. Para operações dentro da Área

Operacional das F-FDTL e das PKF, deve ser combinada de forma a obter resultados mais efectivos.

APÊNDICES

Apêndice A – Notas sobre a metodologia

Grupos em Foco

As discussões de grupo em foco são discussões semi-estruturadas em tópicos específicos, conduzidas por um moderador treinado com um grupo de aproximadamente 6 a 15 participantes. As discussões duram geralmente cerca de duas horas.

A Pesquisa dos Grupos em Foco do NDI em Timor-Leste

Desde Janeiro 2001, o NDI tem usado técnicas de investigação de grupo em foco, de forma a reunir informação sobre as atitudes de timorenses em geral. O NDI publicou três relatórios de grupo em foco. O primeiro relatório, *Timor Lorosae É a Nossa Nação*, foi publicado em Fevereiro 2001 em conjunto com o NGO Forum de Timor-Leste. O segundo, *Suportar as Aspirações da População*, escrito conjuntamente com Alarico Da Costa Ximenes, e publicado em Fevereiro 2002. O mais recente relatório foi *O Governo dentro do Alcance*, publicado em Fevereiro 2003.

Este relatório

Este relatório foi escrito em Bahasa Indonesia a partir de transcritos também em Bahasa Indonesia e baseados em 11 discussões de grupo em foco conduzidas em várias línguas locais e em 8 Distritos, entre 2 Maio 2002 e 4 de Junho 2002.

O perfil dos participantes destes grupos em foco está sumariado no quadro do Apêndice B.

O tipo de participantes pretende ser somente uma descrição geral. Sem conduzir entrevistas detalhadas para todos os participantes, é difícil classificar correctamente as suas ocupações, pois um conjunto de termos pode ser aplicado à mesma pessoa. Por exemplo, enquanto que uma pessoa pode juntar-se a uma discussão de grupo em foco como parte de grupo de jovens da Igreja, eles podem também conduzir algum trabalho na agricultura em semear de forma a suportar a si próprio e às suas famílias. A mesma pessoa pode também considerar-se desempregado e procuraria encontrar um trabalho regular pago, se este estivesse disponível.

Transcritos

Cada grupo em foco gravou uma cassette audio e um transcrito verbatim foi produzido pelos facilitadores. Existem 154 páginas de transcritos em

indonésio de 11 discussões de grupo em foco, tidas como parte desta pesquisa.

Os facilitadores

Oito equipas de facilitadores conduziram Grupos em Foco. Por ordem alfabética, os facilitadores são: Santiago Freitas Belo, Deolindo Borges, Carolina Do Ceu Brito, Palmira Da. C. Guterres, Manuel da Silva Guterres, Marcelina Liu, Carmensita R. Machado, Antonio C.B. Mota, Maria Lindalva Parada, Adao Pires, Juliana Do Rego, Cesaltina Ligia Reis Do Rosario, Manuel da Silva, Angelmo Soares e Cesar Ximenes.

Agradecimentos

Contínuo financiamento dos Programas do NDI em Timor-Leste, pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), foi essencial para a produção desta pesquisa.

Apêndice B – Perfil dos participantes

Data	Distrito	Grupo	Participantes	Masculino	Feminino	Média de Idades
2 Maio 2002	Suai	Aldeões	6	5	1	18-38
5 Maio 2002	Bobonaro	Aldeões	6	4	2	31-60
5 Maio 2002	Manufahi	Funcionários públicos da Saúde	10	7	3	27-36
15 Maio 2002	Ermera	Estudantes	8	4	4	17-20
5 Maio 2002	Bobonaro	Agricultores	6	6	-	35-60
2 Maio 2002	Baucau	Funcionários Públicos	8	8	-	28-50
4 Junho 2002	Los Palos	Agricultores e donas de casa	8	3	5	29-48
3 Maio 2002	Baucau	Desempregados	8	-	10	17-54
9 Maio 2002	Viqueque	Agricultores	7	7	-	29-49
14 Maio 2002	Dili	Estudantes	6	3	3	21-25
23 Maio 2002	Dili	Grupo de Mulheres	6	-	6	23-47